

O BETÃO TAMBÉM SE ABATE*

por

Mário Melo Rocha**

Com 20 séculos de existência estimada, as gravuras rupestres de Foz Côa correm o risco de ter de ser visitadas de escafandro ou, em visita guiada, de submarino. Tudo porque, se não for impedida, a construção de uma barragem tornará visível aos peixes o que a respectiva albufeira priva dos olhos dos homens. Grande consolo...

Como sempre acontece nestas coisas, o caminho começou no segredo dos gabinetes técnicos e era suposto dali não transpirar. Quando foi conhecido, mesmo antes da divulgação pela comunicação social da existência em grande escala das gravuras, logo veio o argumento do “progresso” e do “desenvolvimento”. Mas quando a imprensa estrangeira mais prestigiada cobriu a situação e concedeu páginas inteiras ao assunto, fazendo com que se deslocassem ao local arqueólogos de todo o lado e das mais variadas escolas, aí a argumentação em favor do betão passou a desdobrável publicitário para consumo dos incautos. Primeiro argumento em favor do betão: começou a fazer-se crer que Portugal é um país com forte dependência energética do exterior. *Falso*. Dizem os técnicos que a dependência energética do exterior é inferior a um por cento. Segundo argumento pró-betão: os postos de trabalho que a construção da barragem criaria para as populações locais. *Falso*. Dizem os engenheiros especialistas que, nas actuais barragens, a manutenção é feita por um reduzido número de técnicos, o que demonstra que a criação de postos de trabalho seria temporária, cingindo-se à construção da obra. Terceiro argumento pró-betão: a atracção turística, de desporto e lazer, que a albufeira da barragem constituiria. *Falso*. Comprovadamente, o fluxo turístico das albufeiras das barragens é pequeníssimo, não constituindo qualquer atracção significativa. Acresce, para concluir a desmontagem desta teia falsa como Judas, que é sabido que os técnicos estimam poder optimizar e massificar a médio prazo

* Publicado no jornal *Diário de Notícias*, de 11-02-95.

** SEDES (Porto).

outras fontes de energia, o que quer dizer que o tempo médio de vida da barragem seria relativamente reduzido.

Que fazer, então, nesta encruzilhada na qual é crescente o cepticismo em torno da compatibilização entre a preservação das gravuras e a construção da barragem? Parece quixotesco defender a pura e simples preservação das gravuras, tal como se conhecem hoje, como mera atracção turística. E, sobretudo, seria pernicioso fazê-lo por lhes retirar a importância que têm. A confirmar-se, como tudo o indica, que o que se encontrou em Foz Côa é a parte visível de uma *província artística do Paleolítico* (a designação é dos arqueólogos) que se estenderia Espanha dentro, único espaço no mundo a céu aberto conhecido, não pode deixar de se pensar, como a SEDES fez, no aproveitamento do achado como motivação para a constituição de um centro universitário internacional de estudo e investigação do Paleolítico, que aí teria a sua sede, trabalhando em estreita cooperação com outros centros de outros países. O que, aliás, sempre traria consigo a criação de postos de trabalho *duradouros* para as populações locais. E o que sempre devolveria a quem trata de nos dar a conhecer a História o usufruto das gravuras para estudo e investigação: a comunidade científica.

Se a Grécia se agitou nos últimos dias com o pretendido (e parece que pretenso) achado do túmulo de Alexandre, “o Grande”, o que diria (e já disse) a comunidade internacional de Portugal, se um achado arqueológico com vinte mil anos, unanimemente reconhecido (o que não sucedeu na Grécia), fosse submerso pela decisão de permissão da construção de uma barragem? E não esgrimam com documentos da UNESCO, que valem como documentos técnicos (que é o que são) e não como textos de onde se possa extrapolar salvaguardas interpretativas como justificação de decisões que são políticas.

As gravuras de Foz Côa valem pelo que são. Têm um *valor intrínseco* e não podem ser pesadas na balança cujo fiel é dado por estritos e estreitos critérios de rentabilidade, produto do deve e haver dos tecnocratas cinza. Uma realidade histórica e cultural com vinte séculos de existência estimada não pode ser olhada à luz de critérios tecnocratas, que são impenetráveis e insensíveis a todos os valores que escapem à imediata contabilização economicista.

Eu sei que os tecnocratas cinza não se emocionam com causas históricas e culturais, se não virem associados a elas factores de rentabilidade imediata. Também sei que a sociedade civil portuguesa está adormecida e que acorda tarde para as causas, como sei o que são *lobbies* e como funcionam. Mas, por uma vez, não envergonhem Portugal e não façam com que um dia os nossos filhos nos chamem ignorantes.

A causa de Foz Côa é uma causa nacional, que deve motivar um forte movimento cívico, que, com a sua voz, pressione o(s) poder(es) político(s) em vista do respeito por um legado com vinte séculos.

Se avançarem com a barragem e inundarem tudo, os homens que riscaram as pedras de Foz Côa, lá donde se encontrem, olharão os responsáveis pela decisão e pensarão neles como figuras que trocam a História com vinte séculos pelo betão para quarenta anos. Não pensarão grande coisa de tais figurinhas...

O betão também se abate. E os *lobbies*?

P.S. – A uma semana do Congresso do PSD, qual é a posição de cada um dos candidatos a líder do partido sobre as gravuras de Foz Côa? São favoráveis a que vejamos as figuras em terra ou de escafandro?



Fevereiro de 1995 — dois aspectos de manifestações de estudantes em prol da conservação das gravuras do Côa: em cima, junto às obras da barragem; em baixo, em frente à Escola Secundária de V. N. de Foz Côa. Fotos V. O. Jorge.